



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 256/XII/4.ª SL

Aos quinze dias do mês de abril de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 253 a 256;
2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas agendadas para o Plenário de 24 de abril:
 - a) Proposta de Lei n.º 299/XII (4.ª) (GOV) – Adequa o Estatuto da Ordem dos Nutricionistas ao regime previsto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
 - b) Proposta de Lei n.º 300/XII (4.ª) (GOV) – Aprova o Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
Deputado autor do parecer: GP do PS;
3. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Lei n.º 813/XII (4.ª) (BE) – Reforça a proteção das mulheres grávidas, puérperas ou lactantes no Código do Trabalho;
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);
 - Projeto de Lei n.º 814/XII (4.ª) (BE) – Igualdade na parentalidade para proteção das mulheres na maternidade no emprego;
Deputada autora do parecer: Sónia Fertuzinhos (PS);
 - Projeto de Lei n.º 815/XII (4.ª) (BE) – Repõe direitos no acesso ao abono de família;
Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD);
4. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- a. PPL n.º 294/XII (4.ª) (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Economistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais
Deputado autor do parecer: Teresa Costa Santos (PSD);
- b. PPL n.º 301/XII (4.ª) (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais
Deputado autor do parecer: António Cardoso (PS);
- c. PPL n.º 302/XII (4.ª) (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais
Deputada autora do parecer: Andreia Neto (PSD);
- d. PPL n.º 295/XII (4.ª) (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Arquitetos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais
Deputada autora do parecer: Joana Barata Lopes (PSD);
- e. PPL n.º 296/XII (4.ª) (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Biólogos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais
Deputado autor do parecer: Mário Ruivo (PS);
5. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição urgente da Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., sobre os problemas que afetam o funcionamento do Centro Nacional de Pensões;
6. Designação de Deputado do GP do PS para elaboração de parecer sobre o Relatório Portugal na União Europeia – 2014 (a remeter à CAE até 30 de abril);
7. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 473/XII (4.ª), da iniciativa de SUPERA – Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade, Criação de legislação sobre residências e melhoria dos cuidados prestados a pessoas com deficiência motora grave
Deputado relator: Jorge Machado (PCP);
8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), deu início à reunião, esclarecendo que o ponto relativo à apreciação e votação de atas ficava adiado para a próxima reunião.

No segundo ponto da Ordem do Dia, foram distribuídas as Propostas de Lei n.ºs 299 e 300/XII (4.ª) (GOV), tendo sido designados autores dos respetivos pareceres os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD) e Mário Ruivo (PS).

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou de forma detalhada o parecer referente ao PJI n.º 813/XII (4.ª) (BE). Submetidos à votação, foram os pontos relativos aos considerandos e às conclusões aprovados por unanimidade.

De seguida, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) apresentou o parecer referente ao PJI n.º 814/XII (4.ª) (BE), tendo os pontos relativos aos considerandos e às conclusões sido igualmente aprovados por unanimidade.

Em terceiro lugar, depois de a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) ter apresentado o parecer sobre o PJI n.º 815/XII (4.ª) (BE), foram os pontos relativos aos considerandos e às conclusões aprovados por unanimidade.

O quarto ponto da Ordem do Dia ficou adiado para a reunião do dia seguinte, a agendar para as 14 horas, em virtude de as notas técnicas e pareceres das iniciativas identificadas ainda não estarem concluídas.

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o requerimento para audição urgente da Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P. sobre os problemas que afetam o funcionamento do Centro Nacional de Pensões (CNP), começando por referir ter conhecimento de queixas quer dos trabalhadores quer dos utentes relativas à situação caótica que se vive no CNP, designadamente por nem sequer ser possível simular o valor da pensão, para já não relatar os problemas que se verificam na secção internacional, em que os documentos médicos não são traduzidos por essa situação não ter sido prevista.

Usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) para afirmar que o GP do PS votará favoravelmente o requerimento em apreciação, por ser de todo o interesse proceder àquela audição nos termos suscitados pelo GP do PCP.

Também a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse que iria votar a favor do requerimento. Adiantou que se verificam problemas não só no CNP mas também nos

centros distritais e que o serviço está em completa rutura, não obstante as últimas declarações do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social naquela Comissão.

Por seu lado, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) disse que o bom funcionamento do CNP é da maior importância e confirmou que esse organismo está genericamente a funcionar bem. Lembrou que, na última vinda à 10.ª Comissão, o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social disse que cerca de 40% dos processos estavam despachados. Daí que aquela audição não tenha pertinência no momento presente.

No mesmo sentido e sem querer desvalorizar as situações relatadas pelo GP do PCP, a Senhora Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) lembrou que a tutela política já esclareceu a situação, pelo que não é pertinente proceder à audição proposta, até porque há outros mecanismos mais eficazes.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou de novo da palavra para explicar que, ao não estar a ser cumprido o Decreto-Lei n.º 8/2015, de 14 de janeiro, que *procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, e revoga o Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, estabelecendo as condições que vigoram, durante o ano de 2015, para o reconhecimento do direito à antecipação da idade de pensão de velhice no âmbito do regime de flexibilização*, é negado o direito à segurança social. Quando se fala em 40% de processos despachados, tal não significa que os mesmos estejam concluídos e assegurou que não há uma única pessoa que esteja a receber a pensão antecipada nos termos do decreto-lei citado. Era da mais vital importância ouvir a Presidente do ISS, até porque o Estado não se relaciona como pessoa de bem com a maioria dos cidadãos.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) interveio para sublinhar que, em sua opinião, é grave a afirmação de que “está a ser negado acesso à Segurança Social”. Trata-se de uma frase feita sem sentido que contribui para a erosão da relação entre o Estado e os cidadãos. E concluiu que, nunca como hoje, a segurança social foi tão lesta e eficaz no processamento de prestações sociais.

O Senhor Presidente concluiu então não estarem reunidas as condições para aprovação do requerimento, registando o voto contra do PSD e do CDS-PP e o voto favorável do PS, do PCP e do BE.

No sexto ponto da Ordem do Dia, foi designado o Senhor Deputado António Cardoso (PS) relator do parecer sobre o Relatório Portugal na União Europeia – 2014.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, ao proceder à apresentação do relatório final da Petição n.º 473/XII (4.ª), o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) deu nota da audição obrigatória dos peticionários, cujo relatório será em breve concluído. Fez saber que os peticionários completaram e muito a informação constante do texto da petição, fazendo entrega, designadamente, de novos documentos que ficarão disponíveis para consulta, e pondo a tónica na importância da vida independente, quando a resposta dada pelo Estado é a institucionalização. Ora, uma pessoa institucionalizada custa muito mais ao Estado do que se lhe fosse facultado um subsídio para contratar um assistente pessoal. Submetido à votação, foi o relatório final da Petição n.º 473/XII (4.ª), da iniciativa de SUPERA (Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade) - *Criação de legislação sobre residências e melhoria dos cuidados prestados a pessoas com deficiência motora grave* aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do BE.

Em outros assuntos, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) propôs que a 10.ª Comissão dirigisse um ofício à Senhora Presidente da Assembleia da República dando conta do volume de iniciativas legislativas que, num curto espaço de tempo, baixaram à Comissão com todas as implicações que isso teve para a organização dos respetivos trabalhos, o que foi aceite por consenso.

Foi constituído o Grupo de Trabalho para apreciação das alterações estatutárias a 11 associações públicas profissionais, sendo integrado pelos seguintes Senhores Deputados:

- Maria das Mercês Borges (PSD) – Coordenadora;
- Clara Marques Mendes e Joana Barata Lopes (PSD);
- Nuno Sá e António Cardoso (PS);
- Artur Rêgo (CDS-PP);
- Jorge Machado e David Costa (CDS-PP); e
- Mariana Aiveca (BE).

Foi igualmente deliberado proceder à audição do CNOP (Conselho Nacional das Ordens Profissionais) na próxima quarta-feira, dia 29 de abril, após Plenário.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 30 de abril de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 15 de abril de 2015

Folha de Presenças

(Ata n.º 256/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Andreia Neto
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
António Cardoso
David Costa
Isilda Aguincha
Maria Conceição Pereira